

Inscrições homologadas
Categoria: Magistrados do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso

Título do Projeto

A CONSTRUÇÃO DA DECISÃO JUDICIAL E O SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO ANTE AS TRANSFORMAÇÕES SOCIAIS NO MUNDO CONTEMPORÂNEO

Garantismo, ativismo e oportunismo: as tribulações da aplicação da lei de acordo com conveniências e os limites da jurisdição

Justiça Restaurativa: Possibilidade de um novo olhar em relação aos crimes de violência doméstica e familiar contra as mulheres e à questão de gênero.

INEFETIVIDADE NO CUMPRIMENTO DAS DECISÕES JUDICIAIENVOLVENDO POLÍTICAS PÚBLICAS. Uma proposta para viabilizar os negócios jurídicos processuais atípicos na Fazenda Pública.

Das Comissões de Regularização ao Tribunal Multiportas: Uma ideia de evolução e eficiência no tratamento dos conflitos fundiários, agrários e ambientais na Amazônia Legal

AUDIÊNCIAS DE CUSTÓDIA: INTERRUÇÃO DAS CARREIRAS CRIMINOSAS E PREVENÇÃO DA CRIMINALIDADE

CRIANÇAS REFUGIADAS NO TERRITÓRIO NACIONAL SOB A ÓTICA DOS PRINCÍPIOS DO MELHOR INTERESSE E DA PROTEÇÃO INTEGRAL

OS REFLEXOS DA COVID-19 NA POSTURA DO PODER JUDICIÁRIO DE MATO GROSSO. Os limites de atuação dos juízes e uma proposta para a elaboração de 'ferramentas de decisão' como diretrizes aos magistrados

OMISSÕES INCONSTITUCIONAIS DOS PODERES LEGISLATIVO E EXECUTIVO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E SUAS IMPLICAÇÕES NO CONTEXTO SOCIAL E INTERINSTITUCIONAL DA DEMOCRACIA BRASILEIRA

PANTANAL MATO-GROSSENSE COMO RESERVA DA BIOSFERA E PATRIMÔNIO NATURAL DA HUMANIDADE (UNESCO). Análise crítica sobre os incêndios no Patrimônio Nacional (Art. 225, § 4º, CRFB/88) em 2020 e proposta de ação à luz dos princípios da prevenção e do desenvolvimento sustentável.

Menos é mais? Aplicação de penas restritivas de direitos em casos de violência doméstica como instrumento de efetivação do §8º do art. 226 da Constituição Federal.

UTILIZAÇÃO DO CINEMA COMO INSTRUMENTO DE APROXIMAÇÃO E ACESSO À JUSTIÇA

A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS LGBTI EM TEMPOS DE NEOCONSERVADORISMO NO BRASIL: DIÁLOGOS COM RAINER FORST E NANCY FRASER
A efetividade dos direitos humanos da mulher em situação de violência doméstica por meio dos sistemas regionais de proteção
GESTÃO DA VARA DE EXECUÇÃO PENAL EM BUSCA DE ESTRATÉGIAS DE INTERVENÇÃO EM REDE DE ATENÇÃO À PESSOA EGRESSA DO SISTEMA PENITENCIÁRIO
TÉCNICAS DE JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS: o caminho para construção de teses e suas implicações aos litigantes.
Pensamento Jurídico e Relações Sociais, sob o manto da Teoria e Filosofia do Direito, na hipótese comparativa da utilização de princípios filosóficos nos aspectos constitucionais e processuais nos sistemas de justiça dos Estados Unidos da América e do Brasil
A APLICAÇÃO DA ANÁLISE ECONÔMICA DO DIREITO AO <i>CIVIL LAW</i> BRASILEIRO Um estudo sobre a eficiência na tomada de decisões judiciais à luz do pensamento de Richard Posner e de Ronald Dworkin
Aplicação dos precedentes judiciais civis em 1º grau de jurisdição no âmbito do tribunal de justiça de Mato Grosso: estudo sobre os pedidos de tutela de evidências nos anos de 2019 e 2020
INEFETIVIDADE DO RESSARCIMENTO AO ERÁRIO NAS AÇÕES DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. Propostas de alternativas para sua efetividade
SISTEMAS DE JUSTIÇA EM REGIÕES DE FRONTEIRA. Uma proposta para aprimorar políticas públicas visando resgatar a dignidade dos reeducandos e das famílias envolvidas nos crimes
Adoção do modelo de Juizado de Instrução para o processamento dos delitos decorrentes da Violência Doméstica: uma necessária proteção para impedir a revitimização decorrente do atual sistema processual.
A ATIVIDADE JURISDICIONAL ESTADUAL, O CRIME ORGANIZADO E O EQUILÍBRIO DE PROTEÇÃO AOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NO ESTADO DE MATO GROSSO.
Um estudo sobre como reduzir o tempo de tramitação dos processos judiciais cíveis de conhecimento em unidades judiciais especializada em violência doméstica e familiar contra a mulher no MT
Conveniência e oportunidade das políticas públicas de saúde à luz dos direitos humanos.
A NECESSÁRIA INTERVENÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO EM PROL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS PESSOAS CUSTODIADAS
Segurança jurídica como garantia de direitos fundamentais e a relativização do Código de Processo Civil à estabilização das relações sociais.
Grupos Reflexivos para Homens como mecanismo para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8.º, do artigo 226 da Constituição Federal e efetivação dos incisos VI e VII do artigo 22 da Lei Maria da Penha.

AS CONSEQUÊNCIAS JUDICIAIS E ECONÔMICAS DO ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DOMINANTE A RESPEITO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL DO PRODUTOR RURAL

Marco Legal da Primeira infância : uma análise sobre a concretização dos direitos fundamentais da criança através da lei 13. 257\2015 e seus reflexos na elaboração e implementação de políticas públicas, nos municípios da Comarca de Alto Araguaia- MT

UMA VISÃO HUMANISTA NO ACOLHIMENTO DE USUÁRIOS DE ENTORPECENTES As possibilidades oferecidas pelo Tribunal Multiportas nesse contexto.

MULHERES ENCARCERADAS E A TRANSCEDÊNCIA DA PENA: UMA ANÁLISE CONTEXTUAL A PARTIR DO SISTEMA CARCERÁRIO MATOGROSSENSE

DESAFIOS NA APLICAÇÃO DA LEI MARIA DA PENHA .Uma proposta visando implantar melhorias e enfrentar barreiras para assegurar a efetividade da Lei n. 11.340/2006